

Não há reindustrialização sem competitividade sistêmica — energia confiável e barata, logística, ambiente regulatório estável, tributação racional — e, sobretudo, sem gente qualificada para a nova economia de dados, semicondutores e serviços digitais. Essa é a conclusão unânime de integrantes do governo, do Congresso e do setor privado que participaram do painel sobre Política Industrial, Soberania e Futuro da Indústria Brasileira na XIVª edição do Fórum de Lisboa.

Para os executivos, a fragmentação da globalização e a "securitização" das cadeias produtivas impõem ao Brasil uma estratégia que combine abertura, diversificação de parceiros e soberania tecnológica, evitando o falso dilema entre integração e protecionismo.

Em sua participação, Dyogo Oliveira, presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), trouxe um dado importante: a indústria perdeu fôlego de forma estrutural ao longo dos anos — o índice de produção da indústria apurado pelo IBGE, que era 123 em 2010, caiu para 102 em 2016, uma queda de 20 por cento em seis anos. Ele destaca ainda o recuo na montagem de veículos no país e a falta de quadros técnicos para avançar em nichos críticos como chips (a demanda de milhares de doutores em engenharia contrasta com a formação anual de poucas dezenas).

Para reverter o quadro, Oliveira defendeu uma arquitetura macroeconômica pró-crescimento (inflação e juros mais baixos, tributação menos punitiva à produção), investimentos contínuos em infraestrutura e uma política agressiva de qualificação tecnológica — pilares sem os quais programas pontuais viram enxugamento de gelo.

O diplomata do Itamaraty na OEA, Ciro Leal, trouxe para o debate um importante insight sobre a fragmentação da globalização e o reflexo para o comércio mundial, que vira um jogo de soma relativa e os países aceitam pagar mais por segurança de cadeias, energia e tecnologia. Nesse contexto, destacou o diplomata, acordos como Mercosul-UE ganham valor estratégico, enquanto diplomacia empresarial e diversificação de riscos tornam-se parte da política industrial.

Leal destacou o acordo provisório entre Mercosul e União Europeia, resultado de 25 anos de negociações, como exemplo de cooperação pragmática entre blocos. Ele enfatizou a importância do *affectio societatis* — a vontade de estabelecer uma sociedade — como fundamento das negociações de livre comércio. Esse acordo pode gerar bem-estar ao reduzir tarifas sobre produtos como vinhos.

O senador Laércio Oliveira (PP-SE) destacou a importância de se atacar o "custo Brasil" (tributos,

burocracia, insegurança jurídica e infraestrutura deficiente) ao mesmo tempo em que é necessário viabilizar gás natural como energia firme para indústria e data centers, reduzir a dependência de fertilizantes com o PROFERT e desonerar a folha para preservar empregos formais. O recado: tarifas isoladas não substituem reformas.

O senador enfatizou ainda que soberania nacional não significa isolamento, mas a capacidade de competir globalmente em condições justas. Ele criticou a confusão entre política industrial e protecionismo, lembrando que grandes potências como EUA, China e UE mantêm políticas industriais ativas em setores estratégicos. O Brasil, apesar de possuir recursos naturais, matriz energética privilegiada, agronegócio forte e mercado consumidor, precisa enfrentar o "**custo Brasil**", simplificando impostos, modernizando a regulação, investindo em infraestrutura e qualificação profissional.

Do lado das redes e dados, o CEO da Associação das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), Luiz Henrique Barbosa, ressaltou que a nova industrialização é digital: cabos submarinos, satélites, nuvens e grandes data centers exigem marcos estáveis e isonomia tributária, sob pena de o Brasil perder investimentos para países vizinhos. Com matriz elétrica majoritariamente renovável, o país tem trunfos para capturar parte relevante da cadeia de IA — se der previsibilidade.

Segundo Barbosa, historicamente, a industrialização brasileira focou em siderurgia, petróleo e automóveis, mas o mundo mudou. A economia hoje é de dados, e o Brasil, com mais de oitenta por cento de sua matriz energética renovável, tem uma vantagem competitiva.

O executivo, porém, alertou que, sem um marco regulatório estável e incentivos tributários competitivos, os data centers irão para Chile, Argentina ou Uruguai.

O ex-senador e ex-presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, direcionou suas contribuições para o futuro da indústria. Para ele, a indústria migra para serviços intensivos em tecnologia; a soberania do século XXI é digital e passa por controle de dados, semicondutores e energia. Sem domínio tecnológico — não apenas infraestrutura —, nuvem “soberana” é casca oca. Demografia e mercado global apontam oportunidades, mas exigem ciência, tecnologia e inovação como primeira pasta do desenvolvimento.

Em paralelo, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, vinculou desenvolvimento sustentável à necessidade de se buscar equilíbrio fiscal, segurança jurídica e previsibilidade institucional. João criticou a rigidez orçamentária, o ativismo judicial e a hipertrofia litigiosa que reabre contratos e afasta capital, defendendo respeito às leis aprovadas e racionalidade tributária para frear a desindustrialização.

Fonte: CNseg, em 01.06.2026